

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: POR QUE INTERNACIONALIZAR?

Kamila Veloso Coura ¹

RESUMO

As instituições de ensino superior (IES), anteriormente vistas como autônomas e independentes, têm passado por um processo de modificações em função do contexto cada vez mais global. Tomando o conhecimento como base da economia mundial atual e tendo em vista que as universidades são, tradicionalmente, instituições responsáveis pela produção e disseminação do conhecimento, percebe-se a influência do processo de globalização nas universidades e a necessidade destas de responder, por meio do processo de internacionalização de suas atividades, aos estímulos provenientes do estreitamento de laços entre os países e às novas exigências que lhe são colocadas. Nesse contexto, o presente artigo trata da internacionalização do ensino superior, discutindo, a partir de uma revisão bibliográfica, a definição do termo internacionalização de IES e as principais razões desencadeadoras desse processo, baseando-se no trabalho de De Wit (2002) para apresentar essas razões, divididas em 4 categorias: (i) razões políticas; (ii) razões econômicas; (iii) razões socioculturais; e (iv) razões acadêmicas. Para este trabalho, a definição de internacionalização do ensino superior foi entendida, de forma ampla, como um processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária, com base, principalmente, no trabalho de Knight (2003), que considera a importância da análise da internacionalização nos níveis nacional, setorial e institucional. Constatou-se que a literatura sobre o tema indica que a internacionalização de IES tem passado por grandes mudanças face à maior interdependência dos países, influenciando e alterando, consequentemente, as razões desencadeadoras desse processo. Portanto, as razões da internacionalização de uma IES possuem implicações diversas e determinam o esforço despendido pela instituição no intuito de fomentar o seu processo de internacionalização, considerando aquilo que deseja disponibilizar para o mercado e para a sociedade, bem como para seus estudantes, professores, funcionários e parceiros.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior (IES), Internacionalização de IES, Universidades, Globalização, Razões da internacionalização.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior (IES) são, tradicionalmente, o *locus* de produção e disseminação de conhecimento. Por muito tempo, essa função tem sido resguardada de interferências políticas e alterações no mercado mediante o desenvolvimento das noções de autonomia institucional e liberdade acadêmica. Essa é a essência da ideia da universidade liberal (PETERS e ROBERTS, 2000).

¹ Instrutora da Universidade Corporativa dos Correios - UniCorreios, kamilacoura@gmail.com.



Nos tempos atuais, contudo, essa função da universidade liberal tem sido revista em face das pressões que a globalização tem gerado sobre o ensino superior. Embora a globalização seja um processo fundamentalmente econômico, o mesmo atravessa outros domínios da sociedade (social, cultural, político, educacional etc) resultando em um maior fluxo mundial de conhecimento, pessoas, ideias e valores. Nesse sentido, sistemas e instituições acadêmicas não podem ignorar as novas tendências políticas, culturais, econômicas, tecnológicas e científicas, tão comumente associadas ao processo de globalização (ALTBACH, 2004).

Tendo em vista os impactos que a globalização tem gerado sobre o ensino superior, as universidades em todo o mundo têm se esforçado para responder de forma apropriada aos estímulos provenientes do estreitamento de laços entre os países mediante a internacionalização de suas atividades (YANG, 2002).

Nesse contexto, o presente artigo pretende discorrer sobre a internacionalização do ensino superior, objetivando discutir, a partir de uma revisão bibliográfica, a definição do termo internacionalização de IES e as principais razões desencadeadoras desse processo, apresentando essas razões divididas em 4 categorias: (i) razões políticas; (ii) razões econômicas; (iii) razões socioculturais; e (iv) razões acadêmicas.

2 DEFININDO A INTERNACIONALIZAÇÃO DE IES

Para discutir o fenômeno da internacionalização de instituições de ensino superior (IES), que tem recebido crescente atenção dos acadêmicos desde os anos 80, é preciso, antes, definir o termo. Há um consenso entre os autores de que o conceito de internacionalização de IES é algo complexo e variável. A internacionalização das IES é definida, muitas vezes, como uma atividade isolada ou um conjunto de atividades, tais como mobilidade e intercâmbio de estudantes e docentes, educação à distância, programas de cooperação entre instituições de ensino superior, adaptação curricular.

Knight (1993, p.6), por sua vez, conceitua internacionalização como o “processo no qual se integra uma dimensão internacional / intercultural ao ensino, à pesquisa e aos serviços de uma instituição”. Tal definição, também adotada por De Wit (1998), trata a internacionalização como um processo dinâmico – ou seja, ainda não atingiu um fim.

Alguns estudiosos, como Jonas Stier (2002) e Van der Wende (1997), criticam a definição de Knight (1993) e De Wit (1998) por não tratar de um objetivo específico (por



exemplo, melhoria da qualidade e atualização do sistema educacional) a ser alcançado, o que significa que a internacionalização é um fim em si.

Nesse sentido, Van der Wende (1997) argumenta que a internacionalização de IES não é um fim em si, mas um meio para se desenvolver a educação superior, enfatizando a visão de que a internacionalização é uma resposta à globalização, abordando a necessidade de inovações e de novos esforços em busca de uma instituição internacionalizada.

Assim como Van der Wende, Altbach (2002) também define internacionalização como políticas específicas e iniciativas de países e instituições acadêmicas realizadas para lidar com as tendências globalizantes que se apresentam no contexto atual. Políticas como, por exemplo, contratos entre instituições de ensino superior e o Estado, ou, ainda, acordos regionais entre países, como o Mercosul e a União Europeia, facilitando a cooperação entre instituições de ensino superior dos países-membro.

Tendo em vista o debate atual acerca da definição de internacionalização de IES, além do surgimento, nos últimos anos, de expressões como “educação transnacional”, “educação sem fronteiras” e “educação transfronteira”, Knight (2003) atualiza sua definição do termo, proposta anteriormente em 1993, e afirma que internacionalização deve ser entendida nos níveis nacional, setorial e institucional e propõe uma nova conceituação, que complementaria a anterior: “Internacionalização em nível nacional, setorial e institucional é definida como o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária” (KNIGHT, 2003, p.2).

A autora, assim como De Wit (1998), continua a destacar que o fenômeno da internacionalização é um processo. A tríade das dimensões internacional, intercultural e global refere-se, respectivamente, às relações entre nações, culturas e países; à diversidade cultural existente dentro dos países, comunidades e instituições; e ao escopo amplo e mundial no qual o ensino superior se insere (KNIGHT, 2004).

3 RAZÕES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

As razões podem ser descritas como os motivos de se incorporar uma dimensão internacional no ensino superior. Elas remetem ao porquê da internacionalização do ensino superior. As razões devem responder, por exemplo, às seguintes perguntas: Por que a internacionalização é um fenômeno em ascensão? Por que as instituições de ensino



superior, os governos nacionais, os órgãos internacionais e o setor privado estão envolvidos nas atividades de internacionalização das IES? A presença de razões diferentes implica em meios e fins diferentes para a internacionalização entre as instituições de ensino superior (DE WIT, 1998).

Uma grande quantidade de autores propõe divisões para as razões em diferentes grupos, porém, na maioria dos casos tais classificações se sobrepõem umas às outras. Knight e De Wit (1995) identificaram inicialmente dois grandes grupos de razões: econômicas e políticas; culturais e educacionais. Entretanto, em anos posteriores subdividiram em quatro categorias: políticas, econômicas, socioculturais e acadêmicas, que foram adotadas por diversos autores como Van Der Wende (1996 e 1998); Ollikainen (1996 e 1998); Gacel-Avila (1999); Callan (2000).

Utilizar-se-á neste trabalho a separação das razões em quatro categorias. Para cada uma dessas categorias, De Wit (2002) apresentou diferentes subcategorias: (i) razões políticas (política externa, segurança nacional, assistência técnica, paz e entendimento mútuo, identidade nacional, e identidade regional); (ii) razões econômicas (competitividade e crescimento econômico, mercado de trabalho, demanda nacional por educação, incentivos financeiros para instituições e governos); (iii) razões socioculturais; e (iv) razões acadêmicas (prover uma dimensão internacional na pesquisa e no ensino, extensão do horizonte acadêmico, construção da instituição, reputação / status, melhora da qualidade, padrões acadêmicos internacionais).

Analisando essas razões, o autor afirma que há uma diversidade de grupos de stakeholders (governo, setor privado, setor educacional) envolvidos com a educação superior e que as razões entre e dentro dos próprios grupos podem ser modificadas com o tempo, além de terem hierarquia de prioridades diferentes. Tais razões serão apresentadas, a seguir, tomando como base o trabalho de De Wit (2002).

3.1 Razões Políticas

3.1.1 Política externa

A internacionalização do ensino superior como parte da política externa representa uma forma de “investimento diplomático” em relações políticas entre países. Esse é o caso da provisão de bolsas de estudos para aqueles prováveis líderes em seus respectivos países, já que é uma forma do estudante / bolsista desenvolver conhecimento



sobre o país que o recebe e, assim, criar uma certa simpatia com seu sistema político, sua cultura e valores.

Ademais, os acordos culturais e acadêmicos entre países seriam veículos para o desenvolvimento ou preservação de relações econômicas e políticas. Em casos extremos, essa seria uma forma de manter a comunicação entre dois governos nacionais quando as relações diplomáticas forem interrompidas, formando uma espécie de “ponte” para o restabelecimento das relações diplomáticas.

3.1.2 Segurança nacional

Esse argumento é fortemente relacionado à razão de política externa. A internacionalização como forma de segurança nacional pode ser encontrada nos EUA no período entre 1960 e 1980. Tal razão também motivou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a antiga União Soviética.

No geral, o período da Guerra Fria é um exemplo de como as razões políticas estabeleceram a agenda da internacionalização do ensino superior. As razões predominantes para os EUA e a URSS eram políticas e, voltadas principalmente para o entendimento do mundo e o aumento da esfera de influência.

3.1.3 Assistência técnica ou cooperação para o desenvolvimento

Depois da II Guerra Mundial, especialmente no período de descolonização em conjunto com a intensificação da Guerra Fria, a assistência educacional a países em desenvolvimento tornou-se um aspecto importante da política externa na maioria dos países desenvolvidos. Em países como Austrália, Canadá e Holanda essa razão prevaleceu até a década de 1980. As ações mais associadas à assistência técnica ou cooperação para o desenvolvimento são: projetos de estruturação / construção de instituições; envio de experts; programas de treinamento; bolsas financiadas por governos nacionais e organizações internacionais, como o Banco Mundial e fundações privadas.

3.1.4 Paz e entendimento mútuo

No período entre guerras, as razões políticas, como a promoção de paz e entendimento mútuo, foram predominantes na educação dos EUA e de países europeus.



Esse argumento é aplicado em conjunto com as motivações de assistência técnica, mas, na realidade, havia razões políticas para tais motivações.

3.1.5 Identidade nacional e regional

A internacionalização como motivadora da identidade nacional serve de base para encontrar formas de minimizar a dependência e o domínio de países desenvolvidos no que se refere à produção de conhecimento e às inovações tecnológicas. Como reação ao “neocolonialismo acadêmico”, tal razão pode ser identificada em países da região da Ásia e do Pacífico, questionando, por exemplo, o uso do inglês como idioma de instrução em programas internacionais de educação. Já a internacionalização como motivadora de identidade regional pode ser encontrada na formação de blocos regionais, como é o caso da União Europeia, da Ásia e do Mercosul Educacional, entre outros.

3.2 Razões Econômicas

3.2.1 Competitividade e crescimento econômico

O argumento é que a internacionalização da educação teria efeitos positivos para o desenvolvimento tecnológico que, por sua vez, influenciaria o crescimento econômico e a competitividade da economia. Tal argumento é válido tanto para o setor público como para o setor privado e talvez seja a razão mais importante para se investir na cooperação internacional do ensino superior, particularmente depois do fim da Guerra Fria. O link entre internacionalização do ensino superior e o aumento da competitividade de economias nacionais é especialmente válido para os EUA, a Europa e a Austrália, pois levou tais países a aumentarem seus investimentos em programas internacionais de bolsas para alunos estrangeiros, bem como em programas internacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3.2.2 Mercado de trabalho

Essa razão tem como base a globalização da economia mundial e a internacionalização do mercado de trabalho. Segundo essa visão, os graduados devem



estar aptos a competir com pessoas de outros países e a trabalharem em ambientes internacionais.

3.2.3 Demanda nacional por educação

Segundo essa visão, a escassez de cursos de ensino superior em alguns países estimularia a mobilidade de estudantes e do corpo acadêmico. Como exemplo, tem-se a Noruega, onde a mobilidade é estimulada, em lugar de se construir novas instalações educacionais no país; a Grécia e Portugal, países nos quais a infraestrutura acadêmica não é adequada para absorver a demanda nacional por educação superior e pesquisa, o que favorece a mobilidade de seus estudantes para outros países; e os países em desenvolvimento, nos quais o fluxo de estudantes e professores direciona-se para países mais desenvolvidos.

3.2.4 Incentivos financeiros para instituições e governos

A internacionalização de atividades, tais como *contract education*, recrutamento de alunos internacionais, serviços de consultoria concernente à educação internacional, pode ser iniciada por razões financeiras. Tais atividades constituem um grande incentivo para a internacionalização, pois quanto mais as universidades conseguirem gerar renda com os alunos internacionais, menor é a necessidade do governo de investir na educação superior. Tal “empreendedorismo” ligado à globalização predomina em universidades do hemisfério norte (Europa e EUA) e na Austrália.

3.3 Razões Socioculturais

3.3.1 Razões culturais

As razões culturais podem se referir tanto a um viés nacionalista, como ao universalismo do conhecimento. Sob a ótica nacionalista, o processo de internacionalização do ensino superior enfatiza a exportação de valores morais culturais e nacionais. Além do mais, a razão cultural está relacionada à identidade nacional e à política externa, presente em acordos e programas científicos e culturais firmados entre governos nacionais. Para tanto, existem agências internacionais que visam promover o



idioma nacional e os estudos no país em questão. No caso do Brasil não há uma agência, o estabelecimento de acordos fica a cargo das próprias universidades ou do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com o apoio do MEC e órgãos relacionados (CNPq e CAPES).

A razão cultural também está ligada à própria função cultural do ensino superior. Nesse caso, a internacionalização objetiva desenvolver a consciência sobre a interdependência entre os povos, tendo em vista que essa seria uma das funções básicas das universidades. Além do mais, o argumento também é utilizado com base no “papel essencial da universidade em propagar valores morais e civilizadores” (DAVIES, 1997 *apud* De WIT, 2002). Essas últimas razões estão mais relacionadas à noção de universalismo do conhecimento e das universidades. Tal universalismo é, frequentemente, utilizado como uma razão para a internacionalização.

3.3.2 Razões sociais

As razões sociais enfatizam a relevância da internacionalização para o indivíduo, em particular para o estudante. Kallen (1991) *apud* De Wit (2002) chama isso de “aprendizado social” e “desenvolvimento social”. Tais razões também levam em consideração a importância do desenvolvimento individual do estudante e do acadêmico mediante o confronto com outras culturas. Isso também ocorreria em relação à própria cultura, já que há indicadores de superação de preconceitos e fortalecimento de laços com a cultura de origem. Ademais a internacionalização, no contexto das razões sociais, seria uma forma de se evitar a atitude “paroquial” de estudantes, principalmente nos EUA e na Europa.

3.4 Razões Acadêmicas

3.4.1 Provisão de uma dimensão internacional para a pesquisa e o ensino

Em termos acadêmicos, a internacionalização tenta evitar o “paroquialismo” na pesquisa e no ensino, mediante o estímulo do pensamento crítico e da investigação sobre a complexidade de questões e interesses inerentes às relações entre nações, regiões e grupos de interesse. Parte-se do pressuposto que a introdução ou a ênfase em aspectos interculturais e internacionais, geralmente, leva a uma maior cooperação interdisciplinar



nos projetos de pesquisa. A internacionalização também é tida como necessária para articular a realidade da interdependência e para preparar o *staff*, o corpo acadêmico e os estudantes a atuarem em um contexto internacional e intercultural.

3.4.2 Extensão do horizonte acadêmico

Esse argumento está relacionado aos ganhos acadêmicos que se pode alcançar com uma experiência educacional internacional, ou seja, o que se pode aprender em uma instituição estrangeira e que não se pode aprender na universidade de origem. Contudo, essa razão tende a limitar a cooperação entre universidades com mesmo nível de desenvolvimento / qualidade e tende a reforçar o domínio das universidades do centro, ou seja, as universidades de países em desenvolvimento devem oferecer algo em termos de infraestrutura, laboratórios, recursos etc., caso pretendam ser procuradas por universidades do norte.

3.4.3 Construção da instituição

Essa razão refere-se às mudanças que devem ser feitas na universidade para acomodar o processo de internacionalização. Ela pode reforçar as estruturas e atividades centrais de uma instituição, já que a busca pelo conhecimento no mundo moderno requer uma vasta transformação e disponibilidade de recursos e pessoal.

3.4.4 Reputação e status

Essa razão trata de questões relativas à competição entre universidades, ou seja, a atração de bons alunos e professores. Tal argumento está baseado na visão de que quanto mais internacional uma universidade for, melhor ela é. Nesse caso, a participação em pesquisa internacional, ensino, redes institucionais constituem fatores importantes para a competição.

3.4.5 Melhora da qualidade

Tal razão parte do pressuposto que a internacionalização permite melhorar a qualidade do ensino, pesquisa e serviços de uma universidade. Esse argumento é



debatido, pois não há indicadores padronizados de qualidade relativos a programas internacionais de educação superior.

3.4.6 Padrões acadêmicos internacionais

Sob essa ótica, o alcance de padrões acadêmicos internacionais seria uma forma das instituições de ensino superior alcançarem outras universidades e ganhar reconhecimento na arena internacional. Aqui, deve-se atentar para o risco de ocidentalização, ou seja, o predomínio de padrões ditados por universidades de países desenvolvidos no sistema internacional do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, muito tem sido discutido sobre a internacionalização do ensino superior. Esse fato pode ser percebido pela emergência de uma ampla área de pesquisa sobre o tema, dentro da qual muitos artigos, livros e estudos têm sido produzidos com o intuito de aumentar o conhecimento sobre esse processo.

Sob o impacto da globalização, portanto, as universidades têm a oportunidade e a responsabilidade de fomentar o entendimento deste fenômeno em constante mudança e que afeta as esferas política, econômica e cultural nos âmbitos nacional e internacional. Elas também devem cultivar a habilidade de entender, compreender e articular a realidade da interdependência entre as nações, bem como preparar seus professores, estudantes e funcionários para exercerem suas funções em um contexto internacional e intercultural.

A literatura sobre o tema indica que a internacionalização de universidades não é nova, mas que tem passado por grandes modificações face à globalização e interdependência dos países, alterando consequentemente as razões desencadeadoras desse processo, considerando aquilo que a IES deseja disponibilizar para o mercado e para a sociedade, bem como para seus estudantes, professores, funcionários e parceiros.

A discussão sobre as razões da internacionalização do ensino superior, no entanto, tem focado universidades de países desenvolvidos, não aprofundando no estudo das instituições acadêmicas de países em desenvolvimento. Todavia, essas últimas devem acompanhar as discussões sobre o tema para que possam maximizar a abordagem pragmática da internacionalização sem desconsiderar as suas funções enquanto instituições sociais.



REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G. Perspectives on Internationalizing Higher Education. **International Higher Education**. n.27, Spring 2002. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org.>

ALTBACH, P. G. Globalization and the University: Myths and Realities in an Unequal Word. *In: Tertiary Education and Management*, n.1, 2004.

DE WIT, H. **Rationales for Internationalisation of Higher Education**. s.n., 1998. Disponível em <<http://www.ipv.pt/millennium>>

DE WIT, H. **Internationalization of higher education in the United States of America and Europe: a historical, comparative, and conceptual anlysis**. Greenwood Studies in Higher Education, 2002.

KNIGHT, J. Internationalisation: management strategies and issues. **International Education Magazine**, v.9, 1993.

KNIGHT, J. Updating the definition of internationalization. **Internacional Higher Education**, n.33. Fall, 2003.

KNIGHT, J. Internationalization Remodeled: definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, v.8, n.1, 2004.

PETERS, M.; ROBERTS, P. Universities, Futurology and Globalisation. *In: Discourse: studies in the cultural politics of education*, vol. 21, n.2, 2000.

STIER, J. **Internationalisation in higher education: unexplored possibilities and unavoidable challenges**. European Conference on Educational Research. University of Lisbon, 2002. Disponível em <<http://www.leeds.ac.uk/educol/documents>>

VAN DER WENDE, M. Missing links: the relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general e international comparative analysis and synthesis. *In: KALVEMARK, T; VAN DER WENDE, M. (Eds). National Policies for the Internationalization of Higher Education in Europe*. Stockholm: National Agency for Higher Education, 1997.

YANG, R. University Internationalisation: Its Meanings, Rationales and Implications. *In: Intercultural Education*, vol.13, n.1, 2002.

